



## A NATUREZA DO TRABALHO PEDAGÓGICO: SUBSUNÇÃO FORMAL E SUBSUNÇÃO REAL AO CAPITAL?

Patrícia Alves Guimarães<sup>1</sup> (UFG)

### GT2 – Trabalho, Educação e Políticas Educacionais

#### Resumo

Este texto tem por objetivo discorrer sobre a natureza do trabalho pedagógico e discutir em que proporção esse trabalho está subsumido ao capital. Tal sistematização é oriunda de uma pesquisa teórica e bibliográfica, em curso, que busca se desenvolver com base no método materialista. Esse método permite acometer a lógica ideológica, posta pela aparência retratada nas relações sociais, que toma como natural às relações históricas. A presente exposição busca desenvolver uma introdutória análise sobre trabalho, natureza do trabalho pedagógico e a educação institucionalizada na sociedade burguesa. Parte-se da compreensão do trabalho em seu sentido ontológico, base constitutiva da humanidade do homem, para apreender a natureza do trabalho pedagógico como trabalho imaterial, produzido na relação entre sujeitos diversos. Em seguida, é realizada uma análise das condicionalidades impostas pelas relações capitalistas à educação institucionalizada. A tentativa é de apresentar como o trabalho pedagógico está exposto às determinações capitalistas, partindo da premissa que este está sendo organizado para conservar os interesses dominantes, buscando qualificar as pessoas para as exigências do mercado de trabalho. No entanto, o trabalho pedagógico, desenvolvido por seres sociais e na relação com outro, se constitui também como ação que contribui para a transformação/enfretamento ao posto pelas amarras sociais. Assim, por meio de uma concisa tentativa de exposição sobre o processo de subsunção do resultado do trabalho pedagógico ao capital, pode-se considerar que possivelmente, devido à natureza deste trabalho, os processos de subsunção se efetivam em determinadas proporções, imbricadas a superestrutura da sociedade, mas não de maneira integral por seu resultado não ser mensurável, mas abstrato e relacionar-se a constituições da subjetividade humana.

**Palavras-chave:** Trabalho. Natureza do Trabalho Pedagógico. Educação.

#### Introdução

A problemática apresentada no título do texto – *A natureza do trabalho pedagógico: subsunção formal e subsunção real ao capital?* – é oriunda da sistematização de estudos sobre a Natureza do Trabalho Pedagógico. Partindo dos pressupostos desenvolvidos, até o

<sup>1</sup> Patrícia Alves GUIMARÃES, mestranda em Educação. Universidade Federal de Goiás (UFG), Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE-UFG). E-mail: patyalves208@hotmail.com



presente momento, este texto pretende discorrer sobre questões a cerca da natureza do trabalho pedagógico e como este trabalho vem se alinhando as determinações capitalistas.

Parte-se do entendimento de que na presente organização social, a educação escolar se apresenta como uma das principais instituições formadoras e tem o trabalho pedagógico como ação intencional imerso as relações capitalistas. Esta condiciona o sujeito levando-os ao individualismo. E é Mediante tal proposição que se encontra a questão norteadora deste texto ao objetivar compreender em que proporção o trabalho pedagógico, caracterizado como uma ação humana e como uma prática reflexiva, encontra-se subsumido a lógica capitalista.

### **A natureza do trabalho**

A natureza humana é constituída pela mediação via trabalho, cuja realização está no âmbito ontológico, historicamente estruturado nas relações do homem com a natureza e do homem com o próprio homem. Ao se relacionar com a natureza e com os outros homens, por meio do trabalho, transforma a natureza e a si próprio, isso estabelece uma relação dialética entre o homem e o meio. E são essas relações que estabelecem as condições de humanização do homem.

Mediado por esse viés, é possível afirmar que tudo que circunda as relações humanas está provido de trabalho, é essa condição existencial que distingue o homem dos demais animais. Diferente do animal, o homem é capaz de planejar a sua ação, criar na ideia, aprimorar e transmitir de geração a geração o seu saber. Como afirma Marx (2004, p.85),

É verdade que também o animal produz. Constrói para si um ninho, habitações, como a abelha, castor, formiga etc. No entanto, produz apenas aquilo de que necessita imediatamente para si ou sua cria; produz unilateral[mente], enquanto o homem produz universal[mente]; o animal produz apenas sob o domínio da carência física imediata, enquanto o homem produz mesmo livre da carência física, e só produz, primeira e verdadeiramente, na [sua] liberdade [com relação] a ela; [...] O animal forma apenas segundo a medida e a carência da espécie à qual pertence, enquanto o homem sabe produzir segundo a medida de qualquer espécie, e sabe considerar, por toda a parte, a medida inerente ao objeto; o homem também forma, por isso, segundo as leis da beleza.

Para Marx (2004), a atividade vital consciente é uma característica da espécie humana, isso o torna genérico. Enquanto o animal produz sobre o domínio das ações



estabelecidas geneticamente, o homem produz universalmente. O ato de transformar a natureza física, também possibilita aos homens estabelecerem os aspectos culturais que se concretizam nas relações sociais e políticas vigentes em cada momento histórico.

É por meio da atividade vital, que o homem objetiva o seu espírito no mundo e materializa suas necessidades, seus desejos e seus pensamentos, originando desse modo os bens materiais necessários à sua existência, assim como toda a riqueza social. Como expressa Netto e Braz (2008, p.32),

[...] essa prefiguração (ou, no dizer de Lukács, essa prévia ideação) é indispensável à efetivação do trabalho, ela em absoluto o realiza: a realização do trabalho só se dá quando essa prefiguração ideal se objetiva, isto é, quando a matéria natural, pela ação material natural, pela ação material do sujeito, é transformada. O trabalho implica, pois, um movimento indissociável em dois planos: num plano subjetivo (pois a prefiguração se processa no âmbito do sujeito) e num plano objetivo (pois resulta na transformação material da natureza); assim, a realização do trabalho constitui uma objetivação do sujeito que o efetua.

Mediante essa relação, do homem com o meio que o circunda, que se configura a gênese do trabalho, o qual se compõe de finalidades cuja efetivação se dá quando a ideia se objetiva, ou seja, quando a matéria natural pela ação do homem é transformada. É nesse sentido, que o trabalho se constitui a partir da indissociabilidade entre a subjetividade e a objetividade humana.

[...] o trabalho se relaciona com a atividade produtiva, com a transformação que o homem realiza no mundo objetivo e na natureza. O trabalho é a forma humana de existência, condição ontológica essencial da humanidade 'humanidade do homem', cuja constituição só se efetiva pela sua relação com a natureza, com a objetividade, mediação fundamental. Este é o fator absoluto da condição humana: sem objetivação da subjetividade, sem as transformações da natureza realizadas pela atividade produtiva, o modo humano de existência é irrealizável. (RESENDE, 2009, p.50).

No campo da subjetividade, o homem projeta os meios necessários para a realização do trabalho, considerando as finalidades deste trabalho. Já a materialidade dessa projeção dos meios, se constitui na objetivação do sujeito que o efetua. Os sujeitos que realizam o trabalho estão constantemente submetidos a condições que extrapolam as determinações naturais, haja vista, que as escolhas no momento de realização dos meios de trabalho estão associadas às necessidades e conhecimentos históricos. Desse modo, em conformidade com as



determinações históricas, o objeto de trabalho depois de materializado assume formas próprias que identificam o seu idealizador, mas este mesmo objeto assume uma existência autônoma. É nessa perspectiva que há a distinção entre sujeito e objeto no trabalho. Como define Resende (2009, p.41),

A objetividade seria o campo da externalização, da manifestação e objetivação da consciência, de muitas consciências, e jamais seria encontrada em estado puro e intocado. Assim, a consciência nunca encontra pura e imediatamente a objetividade. Como subjetividade, ao se reportar ao objeto, captando-o nas suas objetividades, já o encontra sempre impregnado de outras subjetividades, de outras consciências depositadas naquele objeto. Esse encontro se dá sempre pela mediação carregada de conceitos produzidos historicamente, não havendo, portanto, nenhum estágio primordial no qual a objetividade se imponha com pureza absoluta.

Em face deste cenário constitutivo do trabalho, desenvolvido com base em meios e fins, que se efetiva o caráter de universalidade, a coletividade do trabalho humano. A intrínseca e dialética relação que se configura entre o homem e a natureza, portanto, entre as condições historicamente determinadas e o meio, concretizam o ser social. E “O desenvolvimento do ser social implica o surgimento de uma racionalidade, de uma sensibilidade e de uma atividade que, sobre a base necessária do trabalho, criam objetivações próprias” (NETTO e BRAZ, 2008, p.43).

Essas objetivações próprias de cada sujeito resultam na práxis do trabalho humano, sua estrutura está na capacidade do homem em transformar a natureza e o meio social no qual se insere. De acordo com Netto e Braz (2008, p.43), “A práxis envolve o trabalho, que na verdade, é o seu modelo – mais inclui muito mais que ele: inclui todas as objetivações humanas”. E ainda segundo os autores, essas objetivações podem se distinguir em dois aspectos, um voltado para o controle e a exploração da natureza do trabalho e outro voltado para formas de influir no comportamento e na ação dos homens. Ou seja, um voltado para as objetivações materiais e o outro voltado para as objetivações humanas não materiais, nos quais se inserem os valores éticos e culturais.

É nessa dimensão da categoria da práxis expressa pelos autores, em que o ser social é constituído pelo trabalho e a espécie humana convertida em gênero humano, que situa a natureza do trabalho pedagógico. Por ser um trabalho realizado a partir da relação do homem com o próprio homem, um



trabalho não material, pode se apresentar de difícil subsunção por parte do capital.

### **A natureza do trabalho pedagógico**

Segundo as proposições de Saviani (2012, p.11) a educação é um fenômeno próprio dos seres humanos. “Dizer que a educação é um fenômeno próprio dos seres humanos significa afirmar que ela é, ao mesmo tempo uma exigência do trabalho e para o trabalho, bem como é, ela própria, um processo de trabalho”. Assim, a humanidade vai se desvelando e se constituindo pautada em hábitos e culturas próprias.

Para o autor o trabalho está na base da constituição humana. É este que humaniza o homem e organiza as relações sociais e materiais de uma dada civilização. Portanto, o processo de trabalho educacional deve estar explicitado a partir de duas categorias de trabalho proposta por Marx: material e não material. Sendo que o trabalho pedagógico se situa na categoria de trabalho não material, por produzir conhecimentos e saberes. Enquanto que o trabalho material se caracteriza pela produção em larga escala de bens materiais.

Segundo as argumentações de Saviani (2012), em relação à produção teórica de Marx, o trabalho não material se divide em duas modalidades: na primeira, o produto se separa do produtor, e, na segunda, o produto não se separa do ato de produção. E, é nesta segunda modalidade que se situa a natureza do trabalho educacional, de outro modo, no instante em que está ocorrendo o ensino, no momento da aula, também está ocorrendo o consumo desta aula, o produto do trabalho educacional não se separa do ato de sua produção, por ser consumido no mesmo instante em que é produzido.

Para Saviani (199, p.81),

[...] a atividade educacional tem exatamente esta característica: o produto não é separado do ato de produção. A atividade de ensino a aula, por exemplo, é alguma coisa que supõe ao mesmo tempo a presença do professor e a presença do aluno. Ou seja, o ato de dar aulas é inseparável da produção desse ato e do consumo ao mesmo tempo: produzida pelo professor e consumida pelos alunos. Consequentemente, “pela própria natureza da coisa”, isto é, em razão da característica específica inerente ao ato pedagógico, o modo de produção capitalista não se dá, aí, senão em algumas esferas. De fato, em algumas esferas, de maneira limitada, ele pode ocorrer, como acontece, por exemplo, com os chamados “pacotes pedagógicos”: nesse caso uma aula pode ser produzida e convertida em pacote (cassete) que pode ser adquirido como mercadoria.



Ainda nas descrições do autor, este aspecto se apresenta como a segunda natureza do trabalho, definida por ele, como tudo que é produzido historicamente pelo homem, isso inclui o próprio homem. Ou seja, o trabalho educativo se situa como segunda natureza, pois se define como “[...] ato de produzir, direta e intencionalmente, em cada indivíduo singular, a humanidade que é produzida historicamente e coletivamente pelo conjunto dos homens” (SAVIANI, 2012, p.13). E, a aula se configura como produto do trabalho pedagógico, sendo produzida pelos docentes e consumida ao mesmo tempo pelos discentes, isso implica conjecturar que as entranhas capitalistas pode não conseguir subsumi-la integralmente.

Nas proposições de Paro (1993), o trabalho é base constitutiva da humanidade, pois é por meio dele que o homem desenvolve e preserva suas constituições históricas, sua cultura. Para este autor, o objeto do trabalho se funda na “própria matéria sobre a qual se dá o trabalho humano”. Enquanto que, os instrumentos de trabalho são os elementos utilizados para transformar o objeto de trabalho (p.104).

Perante o exposto, pode-se afirmar que a natureza do trabalho pedagógico está diretamente relacionada à constituição e formação do ser social, ao trabalho na ontologia humana. É um trabalho constituído a partir da relação do homem com o próprio homem, situado na construção de saberes, portanto, não material, e tem como produto um conjunto de conhecimentos construídos a partir da relação de sujeitos diversos, em que todos – professores e alunos – são atores deste processo de trabalho. Devido a essa sua natureza, pode ser inconclusa ou complexa a subsunção do trabalho pedagógico pelo capital, porém, o seu processo de produção, a aula, não está imune às determinações capitalistas, uma vez que a aula é vista pelo capital como produto do trabalho pedagógico.

Ao integrar esse conceito com a educação, o autor ressalta que este é um trabalho não material, assim como defende Saviani (2012). Porém, para ele, Saviani se equivoca ao propor que não há separação entre a produção e o consumo na realização do trabalho pedagógico, sendo a aula o produto deste trabalho. Para Paro (1993), ter a aula como produto do trabalho é se alinhar as determinações do capital, onde a mesma é uma mercadoria mensurável, a ser negociada nas relações mercadológicas. De acordo com o autor “[...] a aula é a atividade que dá origem ao produto de ensino. Ela não é produto do trabalho, mas o próprio trabalho



pedagógico, [...] e o aluno não se apresenta apenas como consumidor, é objeto de trabalho”. (p.106).

Diferente de Saviani (2012) que compreende que o trabalho pedagógico é produzido e consumido simultaneamente, tendo a aula como produto desse trabalho, Paro (1993) argumenta que o resultado deste trabalho é o conhecimento. Portanto, transcende ao momento da aula, haja vista, que o aluno é uma matéria-prima ativa, capaz de influenciar o processo de produção do trabalho pedagógico, não se limitando apenas a condição de consumidor, sendo também coprodutor desse trabalho, ou seja, objeto desse trabalho.

Em vista disso, o papel do educando no processo de produção pedagógica se dá não apenas na condição de consumidor e de objeto mas também na de sujeito, portanto de “produtor” (ou co-produtor) em tal atividade. Além, disso no processo material de produção, as modificações imprimidas no objeto de trabalho são de natureza material enquanto que a transformação que se dá no processo pedagógico diz respeito à possibilidade viva do educando, pela apropriação de conhecimentos, atitudes, valores, habilidades, técnicas etc. (PARO, 1993, p.106).

Nessa perspectiva, Paro (1993) evidencia que o resultado do trabalho pedagógico extrapola as dimensões escolares, por ser o conhecimento construído na relação entre sujeitos diversos. Ademais, compreende-se o aluno como matéria prima, um ser ativo capaz de influenciar todo o processo de trabalho, por ser simultaneamente consumidor e produtor deste trabalho.

### **Educação e trabalho pedagógico**

Nota-se que nas relações capitalistas o processo do trabalho pedagógico é geralmente entendido como produto. E este entendimento serve para moldar o trabalho pedagógico as mesmas determinações das instituições privadas e dos interesses burgueses em favor do sistema capitalista, caracterizado por seu aspecto histórico e metodológico, descaracterizando o trabalho como ação humana vital, restringindo-o ao processo de alienação.

Nessa conjuntura, do processo de produção capitalista, o trabalhador deixa de produzir para si e passa a produzir para outro, pois a propriedade privada transforma os meios de produção em simples instrumentos e materiais da atividade produtiva humana em fins que



subordina o próprio homem. Assim, não é o operário que se apropria dos meios de produção. Segundo Marx (2004, p.9),

[...] são os meios de produção que utilizam o operário; em lugar de surgirem consumidos por ele como elementos materiais da sua atividade produtiva, são eles que o consomem como fermento do seu processo vital; e o processo vital do capital consiste no seu movimento de valor que se valoriza a si próprio.

Intrínseco a esse processo o homem desumaniza-se, aliena de si e do seu próprio trabalho, deixa de ser fim e se coisifica como meio do processo de produção capitalista, cujo, resultado consiste em gerar valor que valoriza a si próprio em um movimento cíclico. Para que o processo de valorização do capital desenvolva, o homem transita da condição de ser que produz os meios que satisfaça suas necessidades, para instrumento de valorização do capital.

Nessa perspectiva, o trabalho pedagógico reduzido às atividades de ensino no momento da aula, em que ela própria é o produto, contribui para a alienação do homem, fazendo com que a coisa – a aula – seja mais valorizada do que a formação do ser social.

Submetido às determinações estruturais do capitalismo, o trabalho pedagógico pode perder o sentido epistemológico, ou seja, a sua natureza precípua, como apresentado por Saviani (2012) e Paro (1993). Devido ao alinhamento das instituições formais de ensino aos interesses capitalistas e conseqüentemente a mercadorização do trabalho pedagógico. De acordo com Mézáros (2008, p.35),

A educação institucionalizada, especialmente nos últimos 150 anos, serviu – no seu todo – ao propósito de não só fornecer os conhecimentos e o pessoal necessário à máquina produtiva em expansão do sistema do capital, como também gerar e transmitir um quadro de valores que legitima os interesses dominantes, como se não pudesse haver nenhuma alternativa à gestão da sociedade, seja na forma “internalizada” (isto é, pelos indivíduos devidamente “educados” e aceitos) ou através de uma dominação estrutural e uma subordinação hierárquica e implacavelmente impostas.

Nesse sentido, as instituições educacionais estão pautadas em preparar o homem para a manutenção da política hegemônica e do sistema capitalista vigente, restringindo o trabalho pedagógico a práticas tecnicistas e pragmáticas. A estruturação do ensino vigente faz da escola uma reprodutora e legitimadora da lógica de dominação. No entanto, se considerarmos que a natureza da educação também está vinculada ao trabalho em seu âmbito ontológico,



vital e constituidor, é possível afirmar que neste espaço, existe também a busca pela formação qualitativa do sujeito. Porém, a dialética estabelecida neste espaço de formação, reprodutora e emancipadora; constituída e constituinte, não se materializa de forma tranquila.

Sobre essa questão, Frigotto (1996) afirma que a educação escolar pode ser considerada como um campo social de disputa hegemônica, em que as regulações sociais e políticas em esfera global querem se apropriar do seu conteúdo, apesar da educação formal não ser um campo, por si só, transformador da realidade social. Com isso, a educação escolar se efetiva mediante sua relação com a produção material (econômico/capital) e mediante a sua produção ideológica e simbólica (ideias, valores etc.), caracterizando-se assim, como constituída e constituinte das relações sociais. Conforme o autor,

A educação, quando apreendida no plano das determinações e relações sociais e, portanto, ela mesma constituída e constituinte destas relações, apresenta-se historicamente como um campo da disputa hegemônica. Essa disputa dá-se na perspectiva de concepções, a organização dos processos e dos conteúdos educativos na escola e, mais amplamente, nas diferentes esferas da vida, aos interesses de classe. (FRIGOTTO, 1996, p.25).

As determinações capitalistas na esfera organizacional da educação formal expressam a tentativa de adequar a educação aos seus interesses, focado na manutenção de poder e sua naturalização. Por outro viés, o campo educacional explicita de igual modo, como destaca Frigotto (1996, p.19) “um espaço de contradição dentro do qual é possível desenvolver uma alternativa de sociedade e de educação democrática que concorram para a emancipação humana”.

Assim, a escola se define, ainda de acordo com Frigotto (1996), enquanto uma instituição social que mediante suas práticas no campo do conhecimento, valores, e atitudes articula determinados interesses e desarticula outros.

A educação e conseqüentemente o trabalho pedagógico, apesar de sofrerem intervenções diretas do contexto organizacional da esfera capitalista e se articular para atender suas necessidades, expressas na manutenção do aspecto hegemônico, também apresentam uma esfera pautada na superação, ou mesmo no enfretamento das amarras alienantes e opressivas advindas da hierárquica organização desse sistema.



## Considerações

Mediante o explicitado é possível inferir que o modo de produção capitalista não se limita a uma forma de produção econômica, também é expressão histórica de organização social. O capital expropria do trabalhador, sua força de trabalho, e, naturaliza a troca desigual de suas energias corpóreas que gera mais valor ao capital por meios básicos de satisfazer suas necessidades vitais. Nesse contexto, o trabalho é apropriado como meio de valorização e autovalorização do capital.

Essa particularidade do processo de produção capitalista, de captar o processo de produção do trabalho, é que define a subsunção formal do trabalho ao capital. Trata-se das leis gerais do capital para desenvolver historicamente as suas estruturas: expropriação do trabalhador dos meios necessários de produção de sua existência, a mercadorização do trabalho ao comprar as energias corpóreas do homem (força de trabalho) em troca de um salário e o prolongamento da jornada de trabalho. Características que distingue o processo de produção capitalista dos demais processos de produção anterior a sua efetivação e que independente das características assumidas pelos capitalistas para obter mais valor ao longo do desenvolvimento capitalista, mantem-se como primordiais.

Nesse sentido, a subsunção formal do trabalho ao capital é sempre a priori a subsunção real. Haja vista, que esta se refere à produtividade no processo de produção das mercadorias. Uma vez instalada todas as condições formais para a produção e reprodução do capital, os capitalistas cria meios – técnicas, tecnologias, etc. – para fazer com que a força de trabalho produza o máximo possível de mercadorias no menor tempo possível, faz com que o trabalho necessário para satisfazer as necessidades vitais do trabalhador seja cada vez menor e conseqüentemente proporcione que o trabalhador realize mais trabalho não pago pelo capitalista. Em outras palavras, por meio da subsunção real do trabalho ao capital o processo de produção está em constante mutação, inclusive propiciando o desaparecimento e o aparecimento constante de novos meios de produzir as infinitudes de mercadorias a serem postas em circulação no mercado.

Com base na exposição transcorrida ao longo deste texto, com relação à natureza do trabalho pedagógico, em



específico à concepção de Paro (1993), que considera o conhecimento como a centralidade do resultado do trabalho pedagógico é possível vislumbrar que esse resultado não seja integralmente subsumido pelo capital. Apesar das instituições formadoras estarem estruturadas em favor da manutenção do capital, o processo educacional também se apresenta como espaço para formação humana.

Portanto, pode-se afirmar que a natureza do trabalho pedagógico está diretamente relacionada à constituição e formação do ser social, ao trabalho na ontologia humana. É um trabalho constituído a partir da relação do homem com o próprio homem, situado na construção de saberes, portanto, não material, e tem como produto um conjunto de conhecimentos construídos a partir da relação de sujeitos diversos, em que todos – professores e alunos – são atores deste processo de trabalho. Devido a essa sua natureza, é de difícil submissão completa pelas relações capitalistas, porém, o seu processo de produção, a aula, não está imune às determinações capitalistas, uma vez que a aula é vista pelo capital como produto do trabalho pedagógico.

## Referências

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Educação e a crise do capitalismo real**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1996.

MARX, Karl. **Capítulo VI (Inédito de O capital)**. Tradução de Klaus Von Puchen. 2. ed. São Paulo: Centauro, 2004.

\_\_\_\_\_. **Manuscritos econômico-filosóficos**. Tradução de Jesus Ranieri. São Paulo: Boitempo, 2004, p.79-90.

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital**. Tradução de Isa Tavares. 2ª ed. São Paulo: Boitempo, 2008.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia Política: uma introdução crítica**. 4ª ed. São Paulo: Cortez, 2008.

PARO Vitor Henrique. **A natureza do trabalho pedagógico**. R. Fac. Educ, São Paulo, v 19, n 1, p.103- 109, jan/jun. 1993.

REZENDE, Anita Cristina Azevedo. **Para a crítica da subjetividade reificada**. Goiânia: Editora UFG, 2009.



SAVIANI, Dermalva. **Ensino público e algumas falas sobre universidade**. 5. ed. São Paulo: Cortes: Atores Associados, 1991.

\_\_\_\_\_. **Pedagogia Histórico-Crítica: primeiras aproximações**. 11. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2012.